

## Escolas sustentáveis: (re)educação e políticas públicas

### *Sustainable schools: (re)education and public policies*

Márcia Sepúlveda do Vale<sup>a</sup>, Janete Silva dos Santos.

<sup>a</sup>Universidade Federal do Norte do Tocantins, endereço. E-mail: marciasepulvida@hotmail.com.

**Resumo:** O presente artigo surgiu a partir de uma disciplina da pós-graduação, no ano de 2016, intitulada “Discursos de sustentabilidade: linguagem e educação”, a qual buscou discutir a sustentabilidade dentro do contexto escolar. Naquele momento havia uma urgência do cumprimento da Agenda 21 e, por isso, houve muitos debates em torno da temática, os quais foram minimizados, sobretudo a partir da mudança de governo no ano de 2019, mas que estão sendo retomados agora, após o início do novo mandato do Presidente Lula. O artigo faz uma reflexão sobre os paradigmas da sustentabilidade aplicados ao ambiente escolar, a partir de autores que abordam a sustentabilidade e de documentos ou propostas elaboradas por relatório de eventos internacionais, perpassando por exemplos de escolas que trabalham projetos que envolvem ações sustentáveis. O objetivo é problematizar, mediante abordagem qualitativa, o alcance e o limite de programas escolares de sustentabilidade no âmbito nacional. Observamos que existem várias ações e projetos escolares que tratam a temática sustentabilidade, porém ainda são projetos isolados. Assim, torna-se urgente a criação de políticas públicas permanentes em nível nacional sobre a educação sustentável. Atentos a esses questionamentos, o estudo aborda ainda os benefícios econômicos, sociais e ambientais para a escola e a comunidade quando a gestão é sustentável.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; educação; escola; políticas públicas.

**Abstract:** This article originated from a postgraduate course in 2016, entitled "Sustainability Discourses: Language and Education," which aimed to discuss sustainability within the school context. At that time, there was an urgency to fulfill the Agenda 21, and therefore, there were many debates on the topic, which were minimized, especially with the change of government in 2019 but are now being resumed after the start of President Lula's new term. The article reflects on the paradigms of sustainability applied to the school environment, based on authors who address sustainability and documents or proposals prepared by international event reports, including examples of schools that work on projects involving sustainable actions. The objective is to problematize, through a qualitative approach, the scope and limits of national school sustainability programs. We observe that there are several school actions and projects addressing the theme of sustainability, but they are still isolated projects. Thus, the creation of permanent public policies on sustainable education at the national level becomes urgent. Addressing these questions, the study also discusses the economic, social, and environmental benefits for the school and the community when sustainability is integrated into management.

**Keywords:** Sustainability; education; school; public policy.

*Submetido em: 20/02/2024.*

*Aceito em: 27/03/2024.*

## 1 INTRODUÇÃO

Continuamos vivendo um período de muitas incertezas em relação ao futuro das próximas gerações, especialmente no que diz respeito à interação entre a humanidade e o ambiente natural. É evidente que eventos climáticos extremos como terremotos, inundações, altas temperaturas e incêndios estão ocorrendo com maior frequência, desencadeando consequências ambientais desastrosas. Esses acontecimentos têm provocado debates ainda mais intensos sobre a importância da sustentabilidade.

E, conforme destacado em diversos fóruns globais, incluindo a Rio+20 e as Conferências das Partes (COPs), um dos grandes pilares para a conscientização e amenização desse cenário catastrófico é a educação. Muitos afirmam recorrentemente que "a educação é a chave para mudar o comportamento das pessoas" e que "precisamos educar para a sustentabilidade". No entanto, questionamo-nos: como os princípios da sustentabilidade são incorporados nas instituições educacionais para que se alcance uma educação sustentável?

Compreendemos que não há um consenso claro quando se trata do conceito de "escola sustentável". Isso ocorre porque não se trata de construir fisicamente uma escola completamente diferente daquela que já existe, em termos de sua estética ou localização geográfica. Em vez disso, a ideia é modificar gradualmente certos aspectos das escolas, de modo a direcionar o ensino para a sustentabilidade, com vistas a capacitar os estudantes a compreender melhor o mundo ao seu redor e a contribuir para (re)construí-lo de maneira mais sustentável. Embora essa visão possa parecer utópica para muitos, é importante considerar o conflito inerente entre a busca da sustentabilidade e a necessidade de se parecer sustentável em uma sociedade com valores profundamente enraizados no sistema neocapitalista.

Nesse sistema, onde o lucro imediato muitas vezes é colocado no primeiro lugar, surgem práticas predatórias ou ineficientes que dificultam a adoção e a manutenção de práticas solidárias. No entanto, a busca por uma educação sustentável deve superar esses desafios ao incorporar gradualmente princípios e valores sustentáveis no sistema educacional, mesmo que isso envolva uma transformação lenta e desafiadora.

Assim, construído em três seções, afora a introdução e as considerações finais, este artigo, numa abordagem qualitativa, reflete sobre os paradigmas da sustentabilidade aplicados ao ambiente escolar, envolvendo alguns conceitos de sustentabilidade, da aplicabilidade desses conceitos dentro do ambiente escolar, perpassando por exemplos de escolas que trabalham projetos que envolvem a sustentabilidade. E, por fim, faz um breve levantamento sobre as políticas educacionais que visam à aplicabilidade da sustentabilidade na escola, com o objetivo de problematizar o alcance e o limite de tais programas/propostas/ações.

## 2 O QUE É SER SUSTENTÁVEL?

O termo "sustentabilidade" surgiu como uma resposta aos crescentes problemas ambientais e sociais que se tornaram evidentes durante o século XX. Sua origem pode ter sido traçada há algumas décadas, mas o conceito começou a se consolidar e a ganhar destaque a partir da década de 1980, com o lançamento do Relatório Brundtland, também conhecido como "Nosso Futuro Comum". Neste relatório, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, a sustentabilidade foi definida como o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. (Silva, 2019)

De acordo com uma pesquisa realizada por Almeida (2002), que aborda

a sustentabilidade em organizações econômicas, identificamos três dimensões interconectadas que estão relacionadas à sustentabilidade, quais sejam: econômica, ambiental e social. Segundo o autor:

A dimensão econômica inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais que provêm serviços para os indivíduos e grupos e aumentam, assim, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos. A dimensão ambiental ou ecológica estimula empresas a considerarem o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, na forma da utilização dos recursos naturais, e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho. A dimensão social consiste no aspecto social relacionado as qualidades dos seres, como suas habilidades, dedicação e experiências, abrangendo tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo. (Almeida, 2002, p. 86-87).

Almeida (2002) faz referência a um modelo de relatório que as empresas devem seguir como forma de “medir a sustentabilidade”, e a ele fazemos referência com o intuito de mostrar as diferentes formas que a sustentabilidade pode tomar dentro do nosso sistema organizacional, o qual, como ele mesmo diz, alia a sociedade à economia e ao meio ambiente.

A sustentabilidade, como explicitada acima, perpassa pelas três esferas da sociedade; isso quer dizer que, mesmo sendo classificadas de formas diferentes, uma está diretamente ligada à outra, pois, ao agirmos de maneira a preservar o meio ambiente, não jogando o lixo no chão – algo bem simples – por exemplo, estamos inconscientemente ajudando na economia financeira da nossa cidade/estado/país, que, por sua vez, fará uma moderação nos recursos destinados à coleta de lixo que, dependendo do administrador público, poderá destinar “a economia deste recurso” à outra área social, como saúde, educação etc.

Ao desafiar a ideia comum e a concepção geralmente simplista do termo

“sustentabilidade”, que muitas vezes se limita a “preservar o meio ambiente para as futuras gerações”, torna-se evidente que a sustentabilidade abrange uma gama mais ampla de significados. Por exemplo, a educação financeira, intrinsecamente ligada à economia, pode ser vista e é, de fato, uma prática sustentável. Da mesma forma, uma conversa entre um pai e um filho, na qual o pai deseja educar o filho, também se enquadra na categoria de prática sustentável. No primeiro contexto, “sustentabilidade” refere-se à capacidade de sustentar algo, e, no caso da conversa, essa capacidade implica na transmissão de valores éticos e morais relacionados à educação de um filho.

Rattner (1999) afirma que o conceito de sustentabilidade transcende o exercício analítico de explicar a realidade e exige o teste de coerência lógica em aplicações práticas, cujo discurso é transformado em realidade objetiva. Observamos que ações práticas, como os exemplos citados anteriormente, são aplicações objetivas do discurso que há por trás da sustentabilidade, não que ela esteja ligada somente a essas pequenas ações, mas o conjunto delas, praticado pela sociedade, faz com que a realidade, pouco a pouco, possa ser transformada.

É notável uma conscientização crescente, ainda que muitas vezes implícita, por parte da sociedade, em relação à necessidade de transformar o cenário atual, especialmente no que diz respeito à proteção e preservação das futuras gerações. Um dos principais pilares dessa mudança, amplamente discutido em fóruns globais, como a RIO +20, é a educação:

A chave do desenvolvimento sustentável e autônomo é a educação; uma educação que alcance todos os membros da sociedade, em novas modalidades e por intermédio de novas tecnologias para proporcionar a todos verdadeiras oportunidades de aprender ao longo de toda a vida [...] devemos estar preparados, em todos os países para dar à educação novas formas, a fim de promover atitudes e

condutas propícias à cultura da sustentabilidade (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [Ibama], 1999, n.p.).

Há um consenso em dizer que “a educação é a chave para a mudança de comportamento dos indivíduos”, “precisamos educar para a sustentabilidade”, todavia questionamo-nos: de que forma esses conceitos são inseridos na escola para que haja de fato a educação sustentável? Existe um modelo de escola sustentável? Quais as políticas públicas existentes que promovem a educação sustentável?

### 3 A SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO

A Agenda 2030, intitulada “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, é um plano global planejado pelas Nações Unidas em setembro de 2015. Ela representa um compromisso coletivo para abordar os desafios atuais que o mundo enfrenta, ao mesmo tempo em que visa a melhoria e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030, os quais equilibram as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, a educação desempenha um papel central (United States, [202-?]). O quarto objetivo, “Educação de Qualidade”, confirma a necessidade de fornecer a todos, independentemente de sua origem ou condição, o acesso a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade:

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e competências necessários para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e

não-violência, global cidadania e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (Nações Unidas Brasil, [202-?], *on-line*).

A Agenda 2030 não apenas reforça a importância da educação sustentável como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, mas também enfatiza sua interconexão com outros ODS. Ao investir em educação de qualidade, promovemos a capacitação das pessoas para se tornarem agentes de mudança e impulsionamos os esforços para alcançar um futuro mais sustentável, inclusivo e equitativo para todos.

Por sua vez, no âmbito nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que define os conhecimentos, habilidades e competências essenciais que todos os estudantes brasileiros devem adquirir ao longo de sua trajetória educacional, confirma a importância de desenvolver nos estudantes uma compreensão crítica das questões ambientais, sociais e econômicas, bem como a capacidade de tomar decisões informadas e agir de maneira responsável:

[...] a compreensão do que seja sustentabilidade pressupõe que os alunos, além de entenderem a importância da biodiversidade para a manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio dinâmico socioambiental, sejam capazes de avaliar hábitos de consumo que envolvam recursos naturais e artificiais e identifiquem relações dos processos atmosféricos, geológicos, celestes e sociais com as condições necessárias para a manutenção da vida no planeta. (Brasil, 2018, p. 329).

Sabemos que não existe consenso quando se aborda o tema “escola sustentável”, já que não se trata de construir uma nova escola esteticamente diferente da anterior, com localidade diferente, e sim, como já mencionado, modificar pouco a pouco certos aspectos de todas as escolas para destacar um ensino que seja sustentável tanto nas práticas discursivas como nas sociais, que

se retroalimentam, e que ajude o estudante a compreender melhor o mundo e a construí-lo. Ednir e Scripnic (2002) definem a escola sustentável como:

Uma escola sustentável é, antes de mais nada, uma escola que aprende — onde todas as pessoas, de todas as idades, aprendem —, em diálogo permanente, que extrapola seus limites e envolve o bairro, a cidade, o mundo. Nela se desenvolve a criticidade e o pensamento sistêmico [...]. A escola sustentável recebe informações, recursos, demandas, desafios dos sistemas mais amplos aos quais pertence e sobre eles atua a partir dos conhecimentos que sistematiza. Trata-se de uma escola pulsante, viva, que se define menos como espaço físico e mais como redes de interações horizontais, de trocas qualificadas de saberes entre alunos, docentes, funcionários, famílias, especialistas, profissionais, artistas, cientistas, empresários, lideranças de movimentos e organizações sociais, artesãos, religiosos, políticos, governantes — atores sociais com os quais se comunica real ou virtualmente, em situações de aprendizagem nas quais os alunos podem transformar informações em conhecimento que interfere na realidade. (Ednir; Scripnic, 2002, p. 36)

Considerando a abordagem acima, uma escola sustentável em síntese representa um local de aprendizado contínuo, integrado à comunidade, com foco no desenvolvimento de habilidades críticas e de compreensão das interconexões sistêmicas. Atua na interação com sistemas mais amplos para mudanças positivas na sociedade e no mundo.

No contexto global temos vários exemplos de escolas que trabalham com os paradigmas da sustentabilidade, como a Escola da Ponte, em Portugal, criada por José Pacheco: “Lá os estudantes de diferentes idades se organizam a partir de interesses comuns para desenvolver projetos de pesquisa. Os grupos se formam e se desfazem de acordo com os temas e a partir das relações afetivas que

os estudantes estabelecem entre si.” (Moreira, 2014, *on-line*).

No Brasil temos alguns exemplos de escolas inovadoras, como a Escola Municipal Antonio Coelho Ramalho, localizada no município de Ibiúna – SP, que através do projeto “Reinvenção da Escola”, em andamento desde 2016, representa uma ruptura significativa com paradigmas educacionais tradicionais em busca da construção de uma escola verdadeiramente democrática e da oferta de educação de alta qualidade para todos os alunos. O projeto tem como meta principal a criação de uma escola que atenda às necessidades e desejos da comunidade, promovendo a formação de crianças com ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências transformadoras, capacitando-as para serem agentes ativos e criativos no mundo através do envolvimento dos alunos, desde a Educação Infantil, no processo de planejamento, execução e avaliação de projetos de seu próprio interesse.

Em 2017, a Escola Municipal Antonio Coelho Ramalho “quebrou seus muros, tornando-a parte integrante da comunidade e de livre acesso” (Movimento de Inovação na Educação, [201-?], *on-line*). Nesse esforço para ampliar a educação para além das paredes da escola tradicional, os planos de estudo se concentram em projetos de pesquisa que exploram os temas “Escola, Bairro e Município”. Por meio desses projetos, os alunos se envolvem na identificação dos desafios críticos em seu entorno e na busca por soluções viáveis, promovendo uma abordagem participativa e engajada na resolução de problemas locais.

Assim, como os exemplos apontados acima, percebemos que já existem várias escolas que desenvolvem ações e projetos que estão inseridos nos paradigmas da sustentabilidade; mas, para que haja uma ação efetiva no cenário nacional, o desenvolvimento de políticas públicas desempenha um papel fundamental nesse processo, pois elas fornecem estrutura,

recursos e diretrizes específicas para que as instituições se capacitem e promovam uma educação que propicie aos alunos um ensino pautado na consciência sustentável.

#### 4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Entende-se por políticas públicas de sustentabilidade as ações e metas desenvolvidas em programas e projetos públicos voltados para a sustentabilidade nas escolas (Secchi, 2013, p. 2), que visam a integrar a dimensão ambiental, social e econômica na educação, estimulando a adoção de práticas sustentáveis nas instituições de ensino, buscando não apenas formar cidadãos conscientes da importância de cuidado com as questões ambientais, mas também envolvendo a comunidade escolar em ações que contribuem para um desenvolvimento equilibrado e responsável.

No contexto brasileiro, a promulgação da Lei nº 9.795, datada de 27 de abril de 1999, marcou o início de um processo significativo de inclusão da Educação Ambiental (EA) na formação tanto inicial quanto continuada dos professores (Brasil, 1999). Essa legislação instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental, com diretrizes para a promoção e o desenvolvimento de políticas públicas externas para a EA (Bastos; Rabinovici, 2016).

Buscando discutir e implementar as diretrizes da lei acima citada, em 2009 houve o colóquio denominado “Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética: um Desafio para as Instituições de Ensino e para a Sociedade”, realizado em Brasília, que apresentou as instituições de ensino como “incubadoras de mudanças”,

Para que a educação ambiental seja efetiva e contribua para a mitigação dos efeitos das mudanças do clima e a formação de uma nova cidadania,

foi consenso nas discussões entre os conselheiros que as instituições de ensino sejam incubadoras de mudanças concretas na realidade social, articulando três eixos: edificações, gestão e currículo. (Brasil, 2009a, p. 7).

Em 2010, o Decreto nº 7.083/2010, assinado pelo então Presidente Lula, criou o programa Mais educação, o qual ampliou o tempo de permanência das crianças, adolescentes e jovens na escola pública, mediante a oferta do ensino em tempo integral, e que trouxe em seus princípios a educação voltada para a sustentabilidade,

V - o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;

VI - a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; (Brasil, 2010, art. 2º).

A criação do Programa Escolas Sustentáveis foi lançado em agosto de 2010, no Sesc Pantanal, e foi inspirado em uma proposta inglesa. A proposta passou por diversas alterações, desconstruções e construções sob a gestão da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC) e de três universidades federais que colaboram na transformação da proposta: Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso do Sul (UFMS) e Ouro Preto (UFOP). (Universidade Federal de Mato Grosso [UFMT],[20-]).

O programa consistiu em um curso oferecido para representantes de 180 escolas, destinado a 2800 cursistas

(alunos, professores e gestores) e envolveu dezoito Secretarias de Educação (SEDUC) de dezoito estados. Contou com o apoio do MEC e de algumas universidades, entre elas a Universidade Federal de Ouro Preto, a Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e com o apoio da Coordenação Geral de Educação Ambiental. O objetivo inicial foi implementar o projeto em escolas de Ensino Médio, juntamente com o Programa Mais Educação.

No ano de 2012, o governo federal investiu dinheiro no programa Escola Sustentáveis; como consequência, o ministro de Estado da Educação e ministra de Estado do Meio Ambiente, assinaram a Portaria Interministerial no 883, de 5 de julho de 2012, com os objetivos de:

Propiciar atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensino aprendizagem, em uma visão de educação para a sustentabilidade e o respeito à diversidade de modo a: fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino; fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente; apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade, contribuindo para que se constituam em espaços educadores sustentáveis a partir da articulação de três eixos: gestão, currículo e espaço físico; estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da gestão, currículo e espaço físico; criar e fortalecer as COM-VIDAS - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, como espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais; contribuir para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para a consecução das Metas do Milênio, ambas iniciativas das

Organizações das Nações Unidas, em uma perspectiva da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; fortalecer a participação da juventude na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e incentivá-la a contribuir com a solução dos problemas (Grohe, 2014, p. 10).

No ano de 2013, o governo federal lançou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Sustentável, com o propósito de garantir recursos para que as escolas da rede pública de ensino desenvolvessem projetos de ações voltados para a sustentabilidade. A meta para o ano de 2013 foi de atingir 10.000 escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, conforme a Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, que consistiu:

[...] no repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a torná-las espaços educadores sustentáveis (Brasil, 2013).

Entendendo, assim, como Escola Sustentável,

[...] aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo. (Brasil, 2013)

Por tais registros, observa-se que a partir de 2013 tivemos uma transformação em relação à ideia de sustentabilidade dentro das escolas. Os valores de responsabilidade ambiental, com o

objetivo de tornar os envolvidos em seres melhores em prol de um meio ambiente equilibrado, fazem parte do cotidiano de muitas escolas pelo Brasil hoje, todavia, devido à falta de avaliações do programa Escolas Sustentáveis, o recurso foi extinto em 2014 pelo FNDE, e hoje o que temos são ações isoladas das escolas públicas e projetos da iniciativa privada, que buscam promover a sustentabilidade através de premiação, como o “Prêmio Escolas Sustentáveis”, promovida pela Santillana, a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Fundação Santillana, o qual tem como propósito reconhecer e celebrar as escolas que demonstram um compromisso sólido com a sustentabilidade. Essa premiação se estende a escolas localizadas no Brasil, Colômbia e México, avaliando seu desempenho tanto na dimensão curricular quanto na gestão escolar e nas relações com as comunidades locais. (Prêmio..., [202-?]).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade como meta para a educação é algo que já vem sendo discutido no Brasil há mais de duas décadas, como pudemos perceber na promulgação da Lei nº 9.795, que inseriu a educação ambiental no ensino básico, e com a criação do programa Mais Educação, que propiciou espaço no currículo e diretrizes para o ensino voltado para a sustentabilidade.

Observamos que existem várias escolas que trabalham com projetos e ações que visam à sustentabilidade, mas ainda são atuações isoladas, não há no Brasil uma política pública nacional unificada que envolva todas as escolas num projeto de “escola sustentável” que, conforme a resolução do FNDE nº 18, de 03 de setembro de 2014, são instituições de ensino incubadoras de mudanças concretas na realidade social, articulando três eixos: edificações, gestão e currículo.

Sabemos que a implementação dessas práticas impacta diretamente o cotidiano dos colaboradores e a formação dos alunos, pois a escola, além de passar as disciplinas necessárias para a formação curricular do estudante, precisa investir na sua formação como cidadão. Todavia, métodos simples como a realização da coleta seletiva do lixo, ou o descarte responsável através da reciclagem, são exemplos iniciais para se compartilhar lições de sustentabilidade com os alunos. Além disso, o relacionamento da escola com a comunidade é extremamente necessário para a progressão de uma gestão escolar sustentável, já que é a comunidade do entorno que alimenta a escola com alunos e participa de seus eventos culturais e esportivos. Esses eventos, aliados a boas práticas, são o que pouco a pouco irão conscientizar a população e conseqüentemente mudar, ainda que paulatinamente, a realidade econômica, social e ambiental do país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BASTOS, Daniela Botti Dias; RABINOVICI, Andréa. A importância do processo de formação de educadores ambientais na efetividade do programa nacional de escolas sustentáveis – PNES. **Revbea**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 42-59, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2294/1458>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm). Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica [...]. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 18, de 3 de setembro de 2014.** Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), [...]. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/6017-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-18,-de-3-de-setembro-de-2014>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **PDDE Escola do Campo:** Resolução CD/FNDE nº. 28, de 09 de junho de 2011: guia de orientações operacionais. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/phocadownload/fnde/legislacao/resolucoes/2011/res028\\_09062011\\_guia\\_orientacoes\\_operacionais.pdf](https://www.fnde.gov.br/phocadownload/fnde/legislacao/resolucoes/2011/res028_09062011_guia_orientacoes_operacionais.pdf). Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais. **Relatório sobre**

**sustentabilidade e eficiência energética recomendações e sugestões.** Brasília, DF: CDES, 2009a. Disponível em: [https://gestaoconteudo.presidencia.gov.br/gestao\\_cdes/Plone/biblioteca/busca/2-reuniao-de-grupo-de-trabalho/deliberacoes/relatorio-gt-matriz-energetica-11-2009.pdf](https://gestaoconteudo.presidencia.gov.br/gestao_cdes/Plone/biblioteca/busca/2-reuniao-de-grupo-de-trabalho/deliberacoes/relatorio-gt-matriz-energetica-11-2009.pdf). Acesso em: 23 out. 2023.

EDNIR, Madza; SCRIPNIC, Priscila Assumpção. Escolas sustentáveis, educação global. **Revista Pátio Ensino Fundamental**, [Rio de Janeiro], n. 64, 2002. Disponível em: <https://loja.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/7851/escolas-sustentaveis-educacao-global.aspx>. Acesso em: 7 set. 2016.

MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO. Escola Municipal Antonio Coelho Ramalho. **Movimento de Inovação na Educação.** São Paulo, [201-?]. Disponível em: <https://movinovacaonaeducacao.org.br/iniativas-inovadoras/escola-municipal-antonio-coelho-ramalho/>. Acesso em: 23 out. 2023.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. Escolas sustentáveis como proposta de política pública no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, ANPEd Sul, 10., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...].** Florianópolis: Udesc, 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1429-1.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1429-1.pdf). Acesso em: 8 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Educação para um futuro sustentável:** uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada. Brasília, DF: Ibama, 1999. Disponível em: <https://repositorio.cetesb.sp.gov.br/items/ec36d5c1-bed4-4dfb-8764-63b46b2eeef/full>. Acesso em: 13 maio 2024.

MOREIRA, Jéssica. Escola da Ponte radicaliza a ideia de autonomia dos estudantes. **EI: Centro de Referências em**

**Educação integral.** [São Paulo], 7 mar. 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/escola-da-ponte-radicaliza-ideia-de-autonomia-dos-estudantes/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PRÊMIO Escolas Sustentáveis. **Fundação Santillana.** [S. l., 202-?]. Disponível em: <https://www.premioescolassustentaveis.com/org>. Acesso em: 23 out. 2023.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanística. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 5, dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/sgMq3nRxXZSzzM5MsX7qWCR/>. Acesso em: 13 maio 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Adriana Oliveira de Souza. O programa dinheiro direto na escolar: escolas sustentáveis como articulador na implementação de políticas públicas para educação ambiental. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetininga, 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de qualidade. **Nações Unidas Brasil.** [S. l., 202-?]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/04>. Acesso em: 23 out. 2023.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. **United Nations.** [S. l., 202-?]. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO [UFMT]. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA). **Escolas sustentáveis.** Cuiabá: UFMT, [20--]. Disponível em: <http://gpeaufmt.blogspot.com.br/p/escolas-sustentaveis.html>. Acesso em: 8 set. 2016.



**MÁRCIA SEPÚLVIDA DO VALE**

Professora no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO, Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Mestra em Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, Especialista em Língua Portuguesa e Espanhola pela Faculdade Integrada de Araguatins – FAIARA, Graduada em Letras: Línguas Portuguesa e Espanhola e suas respectivas Literaturas pela Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraíso do Tocantins – FECIPAR.



**JANETE SILVA DOS SANTOS**

Mestrado (2001) e doutorado (2010) em Linguística Aplicada pela Unicamp. Licenciada em Letras (Português/Literatura) pela UFPA. Professora Associada da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFT), atuando no curso de Letras (Licenciatura) e no PPGL (mestrado e doutorado). É líder do Grupo de Pesquisa em Linguagem.